

# EDUCAÇÃO, UM ROMBO NO BOLSO DA CLASSE MÉDIA.

Uma pesquisa da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) prova o que os pais já sentem na pele: de dezembro de 90 a outubro de 91 as mensalidades escolares subiram 360,7%, muito mais do que qualquer item do orçamento familiar. O índice geral do custo de vida (ICV) atingiu, no período, 261,5%.

Entre os itens do orçamento da classe média aparecem alimentação, com aumento de 270,96% no período, habitação, hoje 335,83% mais cara do que em dezembro; e transportes, com uma expansão de 241,01%.

Se o período estudado for de outubro/90 a outubro/91, as coisas ficam piores. As mensalidades escolares aumentaram 633,43%, quase o dobro do índice geral de custo de vida: 397,24%. Ou seja, a escola é a maior responsável pelo rombo no orçamento.

"Tomamos como base mais de 70 escolas de São Paulo, de estilos, localização e preços diferentes, e o índice de variação das mensalidades de 91 foi o mais alto de todos", revela Juarez Rizzieri, coordenador de preços ao consumidor da Fipe. Para Lévio Oscar Sattolini, da escola Montessori Santa Tere-

zinha e tesoureiro do Sieceesp (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo), o Fipe trabalha com poucas escolas, que não seguem a orientação do sindicato. "Nossas escolas repassaram somente a TR", explica. "Comparando com o ICV, ainda estamos 30% defasados."

Sattolini apóia a livre negociação entre pais e escolas, como prevê o projeto do ministro da Educação, José Goldemberg. "A escola tem que negociar caso a caso com os pais", diz. "Não dá para dizer se os índices da Fipe são justos ou não. A minha experiência

mostra que é preciso haver um índice de reajuste específico para a educação, que tem um impacto diferente de outros setores", garante Cássio Mesquita de Barros, advogado tributarista e ex-delegado do MEC em São Paulo.

José Aurélio de Camargo, presidente do Sieceesp, está em Brasília, onde se reuniu ontem à tarde com Goldemberg. O projeto de lei do Ministério da Educação prevê que as escolas estabeleçam seus encargos até 30 dias antes da matrícula e que sejam fixados em contrato. A mensalidade de janeiro será calculada via planilha de

custos, a que os pais terão acesso na definição das mensalidades.

Quando os pais sentirem que houve abuso, devem se valer do Código de Defesa do Consumidor. O projeto não prevê penalidade para os estabelecimentos de ensino. O ministério vai fiscalizar somente a qualidade de ensino. Não serão usados para reajustes os índices gerais de preços ou índices baseados na TR ou na TRD.

"As escolas estavam embutindo nos reajustes a inflação futura, criando uma ciranda que levava ao desespero dos pais, que não podiam arcar com as mensalidades",

disse Goldemberg. O presidente da Associação Intermunicipal de Pais, Mauro Bueno, não acredita nesse tipo de contrato: "Os proprietários têm indexado mês a mês as perdas da inflação, e como marco é dissídio dos professores, eles repassam a perda salarial", explica. "Quando a Fipe revela esses índices absurdos de aumentos nas mensalidades, dá para ver o porquê da evasão das escolas particulares para as públicas; os pais nunca vão poder pagar os aumentos", prevê.

**Cristina Ramalho**